

## INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS IDEIAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E CAIO PRADO JÚNIOR

Diogo Del Fiori<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo propõe fazer uma comparação entre a visão de Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Junior, identificando pontos de convergência entre as ideias de ambos os autores quando comparados com a interpretação do PCB, que defende a existência de restos feudais no Brasil e conseqüentemente uma revolução democrático – burguesa de conteúdo anti-feudal e anti-imperialista com foco na defesa da independência nacional. Para Caio Prado Junior, nunca houve feudalismo e o Brasil sempre esteve sujeito ao imperialismo e Fernando Henrique Cardoso argumenta a relação de dependência da burguesia nacional perante a burguesia internacional. O ponto de divergência entre ambos os autores é o período em que o Brasil é subordinado, sendo que para Caio Prado Junior é desde a colonização, com o imperialismo realizando seu domínio e épocas posteriores como a época do império e república e para Fernando Henrique Cardoso a partir da década de 1960 com a instalação das multinacionais.

**Palavras Chave:** dependência, burguesia, marxismo

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar as diferenças entre as ideias de Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso sobre o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil, tendo em vista que para o primeiro, o capital estrangeiro não desencadeou desenvolvimento econômico, tomando por base de sua análise épocas que remontam desde a colonização e para o segundo, o capital estrangeiro desencadeou desenvolvimento econômico a partir de 1960, por meio das empresas multinacionais que começaram a imigrar para o Brasil com ascensão ao poder do governo militar. Vale ressaltar o caráter divergente das ideias de Fernando Henrique com relação à visão da Cepal, que aborda o caráter da industrialização substitutiva de importação com característica de desenvolvimento econômico independente e auto-sustentável. A questão do capital estrangeiro também foi abordada por Goldstein, que enfatizou a importância do mesmo para o desenvolvimento econômico e, fator para evitar conflitos internos sociais. Portanto, as abordagens de Caio Prado e Cardoso são diferentes, porém, coincidem quando comparadas com as ideias que tiveram expressão na mesma época, do PCB, baseada nas ideias da revolução democrático-burguesa de conteúdo anti-feudal e antiimperialista, consequentemente na defesa da independência nacional. Bresser Pereira ressaltava as ideias de Caio Prado Junior acerca das causas do subdesenvolvimento brasileiro, analisando que isso foi fruto das condições do país na época da colonização, de características agrário-exportador por meio do sistema de plantation. O autor ressaltava que embora o Brasil tenha passado por mudanças econômicas e sociais, características do passado colonial esta presente no país.

## **2 A DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DO BRASIL NA ECONOMIA INTERNACIONAL : UMA ABORDAGEM DAS IDEIAS DE LÍDIA GOLDSTEIN E BRESSER PEREIRA**

Apesar de originar-se do pensamento econômico de Campinas e de sua ênfase em uma concepção epistemológica endogenista, Lidia Goldenstein (1998) dá um passo adiante com relação a outros autores da mesma escola, que perderam de vista a “dinâmica externa”. A crise da industrialização substitutiva e, a aceitação da burguesia dependente faz com que a autora abra mão das esferas políticas nacionais de decisão, lançando o endogenismo numa encruzilhada que tende a rachá-lo ao meio, onde de um lado, conforma-se um enfoque, no qual se inclui Goldenstein (1998), que aceita que os fatores internos percam a sua autonomia e torne-se cada vez mais uma expressão do externo e, de outro lado, se desenha um perfil de pensamento que busca uma nova base social, de contornos cada vez mais populares, para afirmar as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento.

Goldstein considera que, entre os anos 1950 e 1980, o capital estrangeiro é o principal fator de desenvolvimento e o amortecedor dos conflitos internos na América Latina. Goldstein (1998) segue o raciocínio de Fernando Henrique Cardoso e enfatiza o interno dentro do dilema entre desenvolvimento e dependência. Ela afirma que o papel de amortecimento das tensões sociais exercido pelo capital estrangeiro foi modificado na década de 1990. “Conforme Goldstein (1998, p.131), o ciclo de crescimento acelerado nos anos 50, conhecido como nacional - desenvolvimentismo, só teve a duração que teve graças ao financiamento externo que, em diferentes oportunidades, amorteceu as recentes crises do balanço de pagamentos e de inflação. Somente nos anos 80, quando o cenário internacional acelerava as transformações que acabariam por ser conhecidas como globalização, o modelo de crescimento brasileiro se esgotou, e o papel das transformações internacionais neste esgotamento tornou - se decisivo”.

Segundo Goldstein (1998), as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do capitalismo internacional, 3ª revolução tecnológica e globalização financeira, têm apontado para um movimento de capital internacional que passa ao largo dos

processos produtivos de certas economias periféricas, levando, portanto, a deixar de funcionar como amortecedor dos conflitos internos, ameaçando os padrões de desenvolvimento. Segundo a autora, a alternativa à crise e o esgotamento do modelo nacional - desenvolvimentista é realizar reformas que abram a economia ao capital externo e estabilização da moeda. Para a autora, se impõe assim, um novo modelo econômico para o Brasil a partir da globalização. Ele se baseia na desregulamentação da circulação de capitais e mercadorias, na privatização e na estabilização monetária para impulsionar os fluxos de capital externo, principalmente produtivos. “Nas palavras de Goldstein (1998, p.134), todo o processo depende da manutenção da economia aberta, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais”. A manutenção da economia aberta exige, por sua vez, a existência de uma moeda forte, para garantir as importações e para impedir ataques especulativos contra sua moeda, ainda frágil. Para obter uma moeda forte, existem dois caminhos: atrair capitais especulativos por meio das elevadas taxas de juros ou atrair capitais produtivos. No primeiro caso, atração de capitais especulativos, trata-se de um caminho perigoso, custoso e de curta duração. Os capitais especulativos saem do país ao perceberem a fragilidade das economias que os estão atraindo. O caminho mais sólido é reestruturar o capital produtivo e garantir uma inserção internacional menos frágil”.

A chave da recuperação e da reinserção consiste em obter uma reestruturação produtiva em função das condições de rentabilidade capitalista que exijam os investidores internacionais, procurando, mas não impondo, que o novo fluxo desse investimento seja produtivo e não especulativo, como o são na atualidade. Na lógica de Goldstein (1998), os setores populares ficam apenas em um segundo ou terceiro plano. Os investidores especulativos ou produtivos virão na medida em que garantam altas taxas de retorno para operar no país; e isto exige ajustar - se a suas demandas e interesses, e não a do país e de sua população. Não surpreende já que outra saída levaria à ponderação de outras forças sociais e políticas, como os trabalhadores e outras classes sociais oprimidas e exploradas pelo capital.

No trabalho “de volta ao capital mercantil”, Bresser Pereira (1989) cita a obra *Formação do Brasil* de autoria de Caio Prado Junior para argumentar que o Brasil, desde o seu início, foi um país capitalista. O autor salienta que o sentido geral da colonização é fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais, utilizando-se como organização básica de produção a grande exploração agrária capitalista, a *plantation*. Assim, segundo Bresser Pereira (1989), a grande contribuição de Caio Prado Junior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial, as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo Caio Prado, o caráter mercantil da colonização marcará definitivamente a economia e a sociedade brasileira. Embora já admitisse em 1942 que o Brasil “é um organismo em tranca e ativa transformação”, declara, todavia, que o passado colonial continuará dominante tanto no plano econômico quanto social: “salvo em alguns setores do país que ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado caráter colonial”. E surpreendente, entretanto, que essa mesma visão do Brasil seja reafirmada 24 anos depois, em *A Revolução Brasileira*, não obstante o enorme processo de transformação econômica e social que ocorreu no Brasil, a partir principalmente de 1930. Segundo Caio Prado Junior, dois remanescentes do passado colonial ainda se fazem sentir no presente; o caráter originário da economia brasileira, estruturada para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial. A grande contribuição de Caio Prado Junior foi sem dúvida ter identificado no caráter mercantil do período colonial as origens do subdesenvolvimento brasileiro. Depois da análise do sistema colonial realizada por um de seus mais notáveis discípulos, Fernando Novais, a tese do caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva, da colonização brasileira, tornou-se definitiva.

Bresser Pereira (1989) ressalta no seu trabalho as principais idéias de Caio Prado Junior acerca de que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque, para haver “restos”, haveria por força pré - existir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo, em sua acepção própria, nunca existiu entre nós.

### **3 AS TEORIAS VULGARES DO MARXISMO ENRAIZADAS NO CORPO TEÓRICO DO PCB: UM CHOQUE TEÓRICO ENTRE AS IDEIAS ANTIIMPERIALISTAS E CAPITALISTAS**

Caio Prado Júnior argumenta que não houve no Brasil um movimento contra os interesses estrangeiros, o que significa que o imperialismo exerceu grande influência desde a colônia, Império, o surgimento da república e épocas posteriores. Para reforçar esse argumento, o autor mostra que não existiu feudalismo e, conseqüentemente, uma luta contra a dominação estrangeira e que o país sempre esteve subordinado aos países do centro desde a colonização. Já as ideias do PCB têm por base a luta antiimperialista e antifeudal, dado que o Brasil teria restos feudais e estaria atrelado à dominação do capital estrangeiro.

As ideias do PCB se constituem a partir de um caráter revolucionário contra a dominação imperialista, que se caracteriza pela ligação entre o capital e as empresas capitalistas. Tais ideias estão vinculadas à situação dos países asiáticos e dos países latino americanos, sendo que, para essa corrente, tanto os países asiáticos quanto os países sul - americanos possuem por característica um embrião de indústria, às vezes uma indústria desenvolvida, insuficiente na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo. Segundo o PCB, devido a essa caracterização das condições econômicas da América do Sul (onde se insere o Brasil), deveria ocorrer uma luta do povo contra a miséria, o atraso e a ignorância, uma luta contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e pela

democracia e, principalmente, uma luta pela independência nacional contra o jugo colonizador do imperialismo norte-americano. Essa teoria defende a transição de uma fase feudal ou semi-feudal para a democracia burguesa e o capitalismo, consistindo em transformações pendentes que tratam de promover e realizar revolucionariamente, na superação dos restos semi-feudais que ainda se incluem, como remanescentes do passado, na situação e conjuntura vigentes. Daí a ideia da revolução democrático-burguesa, agrária e anti - feudal. Essa tese e essa teoria, nos seus traços gerais, como notada anteriormente, foram inspiradas ou, melhor ainda, se basearam fielmente no modelo encontrado na literatura marxista clássica.

Caio Prado Junior afirma que as ideias do PCB não são compatíveis com a realidade do Brasil. O autor enfoca a teoria da transição de um modo de produção para o outro, a partir de Marx, para corroborar esta afirmação. A teoria de Marx sobre os passos em que o sistema iria convergir para o socialismo, partindo do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o socialismo, não ocorreu no Brasil. Segundo Caio Prado Júnior, a esquerda no Brasil encontrou limitações, pois não conseguiu despertar e mobilizar de maneira efetiva e revolucionariamente fecunda as forças progressistas do país. E assim a ação revolucionária se reduziu de fato a pequenas minorias e se concentrou em acanhadas cúpulas que muito se agitavam dando possivelmente a impressão, às vezes, e para aqueles que nelas se envolviam, de grandes acontecimentos. Isso não significa, todavia, que as reformas socialistas, ou quaisquer referências ao socialismo, foram propostas.

Diferentemente da Rússia czarista, país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo, no Brasil não ocorreu o feudalismo. No quadro russo tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos aos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se unicamente um todo original, isto é, o anti-imperialismo: revolução agrária e antiimperialista, eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária desses países. “Antiimperialista” por ser oposta à dominação das grandes potências “capitalistas”; “agrária” porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em que, em maior ou menor grau, ainda se encontravam. Mas a questão que o autor ressalta que no Brasil não houve

feudalismo e nem restos feudais, logo as idéias de Caio Prado Júnior são opostas às do PCB. Para defender o argumento de que não houve feudalismo, o autor analisa a estrutura agrária do país, englobando o tipo de relação entre empregado e empregador e o sistema de pagamento dos empregados. Para o autor, se encontra no Brasil algumas vagas e aparentes semelhanças com o feudalismo, como sempre ocorre quando se lida com essa complexidade extrema, que são os fatos econômicos e sociais onde é quase impossível não se repetirem quaisquer que sejam as situações consideradas, alguns traços comuns.

É na base dessas relações de trabalho e produção que se estabelecem as relações sociais, isto é, de classe, ou em outras palavras, a posição respectiva e relativa de senhores e proprietários de um lado, camponeses e trabalhadores de outro. E dessa situação decorre o conteúdo dos conflitos e lutas de classe que vão desembocar e se centralizar na reivindicação camponesa pela libertação da sujeição ao senhor ou proprietário, e na livre disposição e utilização da terra pelo trabalhador, sem obrigação para com aquele senhor. Essas lutas e reivindicações da massa camponesa existentes na Europa, de longa data, encontraram sua grande oportunidade somente na fase de transição para o capitalismo. Esse processo não ocorreu no Brasil, dado que nunca existiu feudalismo, segundo a visão de Caio Prado Júnior, como dito anteriormente.

Os países da América Latina, segundo este autor, sempre participaram, desde o início, do sistema capitalista. O capital teria instalado e estruturado a América Latina. As relações entre o imperialismo e os países do Cone Sul, segundo o mesmo autor, são complexas e não existe uma “burguesia nacional”, industrial, que se oponha à burguesia mercantil e ao imperialismo. A presença do capital estrangeiro, para Caio Prado Junior não é considerada pela burguesia brasileira como “imperialismo”. Se houve resistências, foram isoladas. Entre a burguesia brasileira e o imperialismo pode haver no máximo tensões pontuais. A burguesia brasileira nacional, anti-imperialista e progressista não tem realidade no Brasil. Ao supor a existência de tal burguesia, o PCB cometeu erros políticos irreparáveis.



A burguesia brasileira é heterogênea quanto a sua origem, mas homogênea quanto à natureza dos seus interesses e negócios. Após a abolição, o sistema capitalista já predominava e se consolidara e uniformizara as relações de produção. Integrado, o sistema leva ao fortalecimento da burguesia, uma classe homogênea, coesa, não cindida por contradições irreduzíveis. O setor agrário e industrial não é antagônico, mas ligados. Por exemplo, o capital que impulsionou a indústria é de origem cafeeira. Os setores industriais e agrários se entrelaçam e conjugam os seus interesses. A burguesia brasileira não se opõe também ao imperialismo; ela se subordina como um todo ao sistema capitalista. A economia brasileira exportadora organiza-se em íntima ligação e em estreita dependência do comércio internacional. Os representantes da burguesia brasileira e os do imperialismo entendem-se perfeitamente, já que o Brasil fora uma criação do capitalismo. A burguesia brasileira nacional, antiimperialista e progressista nunca teve realidade no Brasil desde a época do colonialismo. Para reforçar seu argumento da subordinação do país desde esta época, Caio Prado Júnior analisa o estímulo das atividades brasileiras por meio das finanças internacionais. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir a muito tempo. Desde a colonização, o Brasil foi integrado à expansão mercantil européia e, exportando para lá os seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas, sempre foi capitalista. A economia brasileira nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. O Brasil sempre compartilhou do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo. O escravismo que predominou aqui não é incompatível com o modo de produção capitalista. A abolição da escravidão seria a culminação de um modo de produção já implantado desde o início. A substituição da mão-de-obra escrava não afetou a natureza estrutural da grande exploração capitalista. No Brasil colonial, predominou a grande propriedade rural, que produzia para exportação, e não a pequena propriedade explorada por camponeses. “Conforme Caio Prado Júnior (1978, p.68), países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do

capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias e depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. "

Desde aquela época, o Brasil estava envolvido com os empréstimos públicos, que vieram desde os anos da independência e que tiveram tamanho papel na sua evolução, com iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação, etc.), com a participação de muitos estrangeiros nas atividades econômicas do país, ocupando, sobretudo, o comércio e a indústria. A ação dos interesses financeiros internacionais passou a ser progressiva, alastrando-se e infiltrando-se ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço. O autor destaca o estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americano e outros) na época da colonização e da independência do Brasil e mostra o papel da dominação do capital estrangeiro na década de 1960, dando como exemplo a instalação da indústria automobilística. Mas Caio Prado Junior ressalta que a industrialização no Brasil é de caráter limitado, pois continua engendrada pela dependência colonial. Assim, a indústria substitutiva de importações, dominada pelo capital estrangeiro, não abre muitas perspectivas. É um processo de industrialização limitado. O mercado interno é restrito. Os capitais industriais são limitados e emprestados. Sua tecnologia é sempre inferior. As empresas multinacionais produzem no interior para estarem mais próximas de seus consumidores. Assim, que o imperialismo pode oferecer ao Brasil é a perpetuação do seu estatuto colonial. Assim, Caio Prado Junior defendia a intervenção do Estado na economia, reformando-a e limitando o grau de intervenção das potências imperialistas na soberania do Brasil, com medidas como a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras no Brasil para fora. A

interdependência das nações, promovidas pelo imperialismo, seria negativa para o Brasil.

#### **4 O ANTAGONISMO DAS IDEIAS DE CAIO PRADO JÚNIOR E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: UM ENFOQUE DA SUBORDINAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL PERANTE A BURGUESIA ESTRANGEIRA**

O objetivo desta seção é fazer uma análise comparativa entre Fernando Henrique Cardoso, sob o enfoque da teoria da dependência, e as ideias de Caio Prado Júnior. O que aproxima ambos os autores é o fato de serem adeptos do marxismo e ao mesmo tempo serem contra o marxismo caracterizado como vulgar, que caracterizaria o PCB. Assim, o marxismo não vulgar ressalta a questão da subordinação da burguesia nacional perante a burguesia internacional, sendo essa a ideia que aproxima ambos os autores. Para Cardoso, só é possível entender a relação de classes por meio da análise da instalação do capital estrangeiro via multinacionais. O período da instalação do capital estrangeiro e o papel desempenhando por este no desenvolvimento econômico do Brasil são os pontos em que divergem os dois autores.

Fernando Henrique Cardoso foi influenciado pelas ideias de Florestan Fernandes, que ressalta o processo de surgimento da burguesia nacional a partir das oligarquias locais no período da colonização, e da aliança desta burguesia com as oligarquias locais e com a burguesia internacional. Esse é o principal ponto da teoria da dependência de FHC.

O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, inseridas no marxismo mudado com contribuições da corrente weberiana, é o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional - desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, ideia essa defendida pela CEPAL nos anos das décadas de 1940 e 1950. Assim, o argumento central parte da crítica estabelecida

por Cardoso e Faletto em relação ao estruturalismo cepalino. Segundo esses autores, a perspectiva da CEPAL, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda, acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico tal que não permitiu que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e a forma como seus interesses são representados no interior do Estado. Portanto, o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de resolver os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento.

A descentralização da indústria do centro para a periferia por meio do capital estrangeiro traria o desenvolvimento para essas regiões. Isso se fundamenta sobre a produção da mais-valia relativa e não mais sobre o trabalho extensivo (mais valia absoluta). Ruy Mauro Marini é adepto da tese da “superexploração imperialista”, onde o imperialismo condenaria necessariamente as nações dependentes a uma situação de superexploração e de subdesenvolvimento. A estrutura do comércio internacional, em que estes últimos países exportavam matérias primas e ficavam na dependência dos capitais e tecnologias das potências imperialistas levam a um desequilíbrio. O imperialismo extraía excedente econômico, “mais valia”, das nações em desenvolvimento por meio daquela estrutura, internamente as nações subdesenvolvidas, para compensarem sua perda, extraíam elas mesmas este excedente a custo da exploração dos seus trabalhadores e cidadãos, condenando um país como o Brasil a condição de subdesenvolvimento e pobreza. Nos textos de Fernando Henrique Cardoso encontram-se passagens críticas contra Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos no que se refere à elevação da composição orgânica do capital e sua relação com a mais valia relativa na obra de Marx, para comprovar, de um lado, a capacidade do capitalismo dependente se desenvolver e, de outro lado, a possibilidade dele estabelecer um pacto social com os trabalhadores que fossem capazes de consolidar a democracia no país, suavizando a escalada dos

antagonismos sociais por meio do desenvolvimento tecnológico. A apropriação de mais valia e a superexploração do trabalhador seriam categorias que corresponderiam a etapas embrionárias do desenvolvimento capitalista.

Segundo Cardoso, a maior contribuição da Dependência e Desenvolvimento centrava-se em sua abordagem teórica, isto é, a obra constituía um esboço conceitual e metodológico, cuja novidade apresentada consistia na crítica ao estruturalismo cepalino (dualismo e determinismo econômico), ao estruturalismo-funcionalista, principalmente o etapismo rostowiano e ao marxismo vulgar. A teoria da dependência traz uma nova interpretação da relação de dependência do Brasil, diferente das interpretações abordadas por Caio Prado Junior. Essa diferença sob a ótica da exploração se resume na questão da mais valia, sendo que para a teoria da dependência, o foco é a mais valia relativa e as interpretações anteriores de Caio Prado Junior esta focada na mais valia absoluta. Assim, a dependência da década de 1960 não é a mesma dos períodos anteriores, que no caso é caracterizada pela forma de superexploração sob a ótica do mais valor absoluto, onde o capitalismo se desenvolve a custa do subdesenvolvimento, superexplorando os trabalhadores de ambas as formas (com ou sem investimentos de capital na produção) e intensificando a participação do trabalho. Como exemplo, Cardoso cita a Rússia, onde o capitalismo desempenhou um papel “progressista”, provocando o desenvolvimento das forças produtivas e dinamizando as relações de produção. Logo, a análise da dependência na época da colonização não tem fundamento, segundo o autor<sup>2</sup>.

Assim, um dos pontos de divergência entre ambos os autores é o período de análise da dominação do capital estrangeiro no Brasil, sendo para Caio Prado Junior em relação a FHC é mais extenso, englobando desde a colonização, enquanto para FHC o período de análise da dominação do capital estrangeiro ocorre a partir da década de 60.

Cardoso argumenta que em épocas posteriores ao colonialismo, a partir do período do império no século XIX, a nação foi se constituindo pela imposição de algum setor dominante de classe que, utilizando o apoio do Estado, incorporou mercados e impôs lealdades. No caso dos países dependentes da América do Sul,

algum grupo economicamente dominante e politicamente dirigente tratou de impor às massas politicamente marginalizadas, culturalmente desprovidas e miseráveis, uma dominação nacional. Daí que o Estado tenha sido o verdadeiro berço da nação. Esse pano de fundo torna complexa a análise do jogo político das classes, especialmente nos casos em que existe um processo de crescimento que se caracteriza pela expansão simultânea do setor público e do setor econômico controlado por consórcios externos. O processo de formação nacional realizou - se com maiores possibilidades de êxito no caso das economias que se organizaram como base agrícola da economia metropolitana. Com efeito, tais possessões foram organizadas em torno de produtos “coloniais”, que no caso eram o açúcar, café, cacau e outros produtos, indispensáveis para as economias centrais (Inglaterra) que por razões diversas (climáticas, tecnológicas e outras) não lhes era possível auto-abastecer - se, o que garantia às antigas colônias continuidade de mercado. Assim, nesse tipo de colônia se constituiu uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local e era mais ou menos idônea para dirigir um aparato estatal. A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implicam, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina.

Outro ponto de divergência entre ambos os autores é a relevância do capital estrangeiro no Brasil. Conforme descrito na seção anterior, Caio Prado Junior argumenta que as multinacionais instaladas no Brasil não trouxeram progresso para o país, taxando o desenvolvimento do Brasil na década de 1960 como um processo limitado. Para Fernando Henrique Cardoso, o Brasil nos anos de 1960 já realizava uma acumulação industrial capitalista, embora seja um processo dependente. A associação com o imperialismo favoreceu o investimento interno em bens de capitais. Segundo FHC, a indústria brasileira foi capaz de se auto-impulsionar com o apoio do imperialismo. O capitalismo brasileiro, portanto, não tende a estagnação ou ao subcapitalismo, conforme ressaltou Caio Prado Junior.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo fazer uma comparação em tal aspecto entre as ideias de Fernando Henrique Cardoso, adepto da teoria da dependência, e as de Caio Prado Júnior. No Brasil, segundo este, nunca houve restos feudais, o que significa que nunca houve o feudalismo, logo nunca houve uma revolução antiimperialista, que é fruto do feudalismo, como ocorreu na Rússia czarista. Assim, suas ideias são opostas às do PCB, no tocante à questão de igualar as mesmas condições da realidade do Brasil e da América do Sul, com a realidade dos países asiáticos no que se refere à estrutura fundiária. A cartilha do PCB pregava que no país deveria ocorrer uma revolução antifeudal, dado que para essa corrente, a América do Sul e os países asiáticos (no caso a Rússia czarista) possuem características próximas, logo possuem restos feudais. Mas não há um caráter revolucionário da burguesia local brasileira perante o capitalismo externo na visão de Caio Prado Júnior. Ao contrário, o Brasil sempre teve uma burguesia nacional atrelada ao imperialismo mundial, desde a época da colonização e épocas posteriores, como exemplo, o autor cita a participação de capital estrangeiro no investimento de infra-estrutura, tais como portos, ferrovias e também a entrada do setor financeiro nos segmentos estratégicos brasileiro, tais como os bancos, colocando o país a serviço dos seus interesses, mostrando assim, que desde a colônia, o Brasil foi atrelado a expansão mercantil dos países Europeus, vendendo para lá os seus produtos. Bresser Pereira ressalta que apesar do país ter mudado suas bases políticas e econômicas, alguns resquícios do período colonial ainda permaneceram em épocas posteriores, como exemplo, ele cita as relações de trabalho na agropecuária brasileira, para mostrar as heranças das relações de trabalho escravo da época da colonização e, também o papel desempenhado pelos setores exportadores de produtos específicos do país no mercado internacional, como acontecia na época da colonização. Assim, Caio Prado Junior mostra que o capitalismo sempre existiu no Brasil, desde a época da colonização, o que torna impossível a existência de feudalismo no país, tornando impossível a possibilidade de uma revolução antiimperialista, que é caracterizada como uma revolução

democrático-burguesa, agrária e antifeudal, com a presença de uma burguesia nacional não atrelada à burguesia estrangeira, assim, Caio Prado argumenta que a esquerda do Brasil não era organizada a tal ponto de promover a implantação do socialismo no Brasil. De forma semelhante, a teoria da dependência tem por enfoque o período de análise a partir da década de 1960 por ser incompatível com épocas anteriores, tendo em vista que a relação de subordinação do Brasil deve ser via investimentos externos (por meio das multinacionais), que exploram a mais-valia relativa e não via exploração de mão-de-obra para extrair mais-valia absoluta (sendo esse o argumento da teoria da dependência para não analisar o período da colonização como época de subordinação da burguesia nacional). Esta questão da mais valia absoluta foi abordada por Fernando Henrique Cardoso quando ele critica Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que argumentam que a dominação da burguesia internacional iria conduzir o país a uma estagnação e subdesenvolvimento econômico, por extrair mais valia-absoluta, por meio da exploração das nações, que em contrapartida, para compensar sua perda, exploraria sua mão-de-obra. Esta ideia esta refutada por FHC, que argumenta que a valia absoluta era característico apenas das épocas do capitalismo nascente, não sendo observado no Brasil, assim, conforme o autor tinha uma burguesia atrelada aos interesses da burguesia internacional e esta relação de desenvolvimento dependente era possível graças a um possível pacto com trabalhadores capazes de inserir a democracia no país, assim, amenizando atritos sociais por meio do desenvolvimento tecnológico. Lidia Goldstein aborda a questão do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do país e condena as ideias da CEPAL, que defende um desenvolvimento auto-sustentável de desenvolvimento econômico por meio da industrialização substitutiva de importação. Como exemplo, ela ressalta a importância do capital estrangeiro para equilibrar o balanço de pagamentos e estabilização da inflação nos anos 50 e estabilizador dos conflitos sociais na década de 1980.

Assim, observa-se que quando o foco da análise é a teoria do PCB, a teoria da dependência e as ideias de Caio Prado Júnior coincidem, ao afirmarem que a burguesia brasileira é subordinada aos interesses do capitalismo internacional e não



possui por objetivo uma proposta de revolução anti-feudal e anti-capitalista, conforme as teorias do PCB propõem.

## **ABSTRACT**

This article proposes a comparison between the vision of Fernando Henrique Cardoso and Caio Prado Junior, identifying points of convergence between the ideas of both authors when compared with the interpretation of the PCB, which asserts the existence of feudal remnants in Brazil and consequently a revolution democratic - bourgeois content of anti-feudal and anti-imperialist with a focus on defense of national independence. For Caio Prado Júnior, there was never feudalism and Brazil has always been subject to imperialism and Fernando Henrique Cardoso argues the dependence of the national bourgeoisie against the international bourgeoisie. The point of divergence between both authors is the period in which Brazil is subordinate, and for Caio Prado Junior has since colonization, imperialism with its rule making and later times as the era of empire and republic, and for Fernando Henrique Cardoso from the 1960s with the installation of multinationals.

**Keywords:** dependence, bourgeoisie, Marxism

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Mestrando em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Nesse ponto, FCH está falando das multinacionais que exploram a mais-valia relativa com aumento de produtividade e não a mais-valia absoluta com aumento da jornada de trabalho e da exploração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Editorial Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. A Dependência Revisitada. **As Idéias e seu Lugar**: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

GOLDENSTEIN, Lidia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Post Scriptum. 1998.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Editora São Paulo Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1978.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **De volta ao capital Mercantil**. In Maria Ângela D`Incao, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo. Brasiliense, 1989.